

# RECORDANDO MESTRE AGOSTINHO DA SILVA

Victor de Sá

Primeiro Director da Biblioteca-Geral da Universidade Lusófona de  
Humanidades e Tecnologias (Biblioteca Prof. Victor de Sá)

Agostinho da Silva funciona para mim como uma pedra no sapato.

Conheci-o por atrevimento próprio nos meus 17/18 anos. Ele ia nos trinta e tal de idade...; eu, em Braga, adolescente ainda no curso secundário; ele em Lisboa, já demitido – soube-o mais tarde – do ensino oficial quando tinha sido professor liceal em Aveiro.

Só muito mais tarde tive conhecimento que era do Porto.

Pelo seu nome próprio que desde cedo conheci – George – tinha suposto até que seria de ascendência britânica, embora conhecesse uns primos que viviam entre a capital do Norte e Penafiel. Só há um ano me disseram que, afinal, o nome lhe tinha sido posto pelo pai, algarvio, em terna homenagem à mãe, alentejana, de nome Georgina. Ela, a Georgina, dera à luz um George. Era o fruto primeiro do casamento feliz de um casal de ascendência possivelmente sarracena.

Se desde sempre me constara que se havia notabilizado como aluno de vintes tanto na escola secundária como na primitiva Faculdade de Letras do Porto, só há pouco soube que passara a infância em Barca d'Alva, no extremo da linha do Douro, onde Portugal se acaba e a Espanha começa por Castela.

Até ao fim da Guerra Civil de Espanha e à Segunda Guerra Mundial, o que sucedeu a Agostinho da Silva já era mais ou menos meu conhecido. A sua prisão em Lisboa (1943) também: uma prisão relativamente curta, que sofreu isolado e humilhado; depois, deixou de ser o mesmo. Os seus amigos sentiam-no acabado e perturbado.

De repente, partiu de abalada para o Brasil. Sem ter prevenido os amigos, parece que nem a própria família. Ao que na altura me revelou um amigo comum, o Fernando Rau, com escritório de comércio externo na Rua da Madalena.

Com esta retirada brusca, sentimo-nos órfãos dele, que era o nosso “pai espiritual”.

Entretanto, com o fim da guerra, a minha vida, por sua vez, foi tomando novos rumos.

Ainda empregado comercial mas já com encargos familiares – em 1945 embarcaria nas justas ilusões do Movimento de Unidade Democrática, como activista da comissão distrital de Braga.

Aí começou a nossa resistência orgânica legal. Foi a primeira vez que o Governo reconheceu a existência de uma Oposição em Portugal, que, aliás, explodiu com grande força.

Passado pouco mais de um ano, assumi novos trabalhos ao estabelecer-me comercialmente, tomando por conta própria uma modesta livraria no centro da cidade de Braga.

Começaram aí as minhas tormentas, ao ser preso antes de abrir o estabelecimento.

Estávamos então em 1947, foi o início da Guerra Fria. Em Abril já fora preso em Braga o então dirigente académico Francisco Salgado Zenha. Forças reaccionárias aplaudiram e lembraram outros que andavam fazendo muito mal à juventude, com a divulgação de livros incómodos para a “santa paz” dos espíritos.

Eu fui preso em seguida, como muitos outros jovens que então começavam a ser conhecidos no País. Era o baptismo de fogo da nova geração.

Foi negro esse Junho de 1947. O Governo da Ditadura demitiu, num só dia, dezenas de altas personalidades da Universidade e do Exército. Tudo com muita publicidade para que o terror alastrasse.

De modo que, quando finalmente pude abrir a pequena livraria, esta já estava “queimada” na cidade; era a livraria do “comunista” – o Centro Comunista do Minho (não Centro Cultural).

A partir daí foi a luta pela sobrevivência. Por muitos anos.

Nem me lembro de ter recebido do Agostinho da Silva uma circular que agora sei ter sido enviada de Montevidéu (Uruguai) pedindo aos amigos em Portugal para que o ajudassem a regularizar as contas das suas edições (1947).

Se a recebi, perdeu-se na voragem das minhas próprias contas a liquidar. E rastros da carta também não houve, porque a PIDE, ao prender-me, levou todos os papéis que entendeu...

Depois foi uma 2.<sup>a</sup> prisão; e uma 3.<sup>a</sup> prisão; julgamento no chamado tribunal plenário, que sucedeu aos tribunais militares; recurso da sentença...

Ainda outros processos movidos noutros tribunais de comarca... Só de uma vez 3 processos simultâneos, em 1949. Os oficiais de justiça iam notificar-me à cadeia...

Enfim, não houve mais tempo nem disposição para saber do Amigo Agostinho, ausente pelas Américas. Sabia lá onde!...

Foi assim que, há mais de meio século, se fez e desfez a nossa primitiva amizade.

Criara-se com naturalidade, graças à compreensão e ao encorajamento que sempre encontrei em Agostinho da Silva. Alimentara-se missivas – longas da minha parte, rápidas e quase ilegíveis da parte dele.

Eu fui um leitor ardente dos seus Cadernos e Biografias; ele, por sua vez, era leitor benevolente dos fogosos artigos que lhe enviava, publicados na pequena imprensa da província.

Chegou mesmo a prefaciá-la a primeira brochura que publiquei em 1942, *A Mocidade de Antero*, no centenário do nascimento do poeta.

Havia-lhe sentido, portanto, a força interactiva e encorajadora que viria a manter-se – sei-o agora – até final da vida. Mesmo sem ter conhecido a multímoda dimensão do seu espírito.

Depois, com as prisões, que foram para ele em 1943 e começaram para mim em 1947, não se tornou mais possível mantermos as nossas relações. Como se a impetuosidade das correntes da vida nos separasse irremediavelmente. Ele, jogado para outros continentes, as Américas, a Ásia, a África. Eu, escorregando nos alçapões incontornáveis da repressão policial e outras hostilidades invencíveis da Ditadura.

Passaram-se anos, uma vintena. Eu tinha-me licenciado, entretanto, na Universidade de Coimbra, mas fui logo impedido de exercer uma profissão oficial nas escolas portuguesas. Até que, finalmente, consegui refugiar-me em Paris a preparar o doutoramento que viria a fazer.

Aí recebi uma carta do Mestre Agostinho, a oferecer-me colocação no Brasil. Não me dizia nada sobre a sua vida, mas percebi que ocuparia uma posição preponderante nos meios universitários brasileiros.

Respondi-lhe com satisfação a agradecer, mas explicava-lhe que o doutoramento estava ainda atrasado, e quando o obtivesse projectava regressar a Portugal. O que efectivamente aconteceu em Janeiro de 1969.

Vim, e fui preso no aeroporto, ao chegar.

Mas ninguém me disse então – nem o soube senão recentemente – que o mesmo sucedera a Agostinho da Silva meia dúzia de anos antes: – “Vim e fui preso no aeroporto, mas soltaram-me logo.” É o que leio na *Vida Conversável* (p. 155) a admirável entrevista obtida pelo lusófono Henryk Siewierski, só agora publicada, já após a morte do Mestre.

Eu também fui restituído em poucas horas à liberdade, graças à pressão dos amigos que tinham ido esperar-me (J. C. Vasconcelos, Augusto Costa Dias, etc. etc.) e assistiram à arremetida policial.

Afinal, andávamos distantes na geografia, mas não tanto assim nas circunstâncias da vida!

Cabe aqui uma explicação à afirmação inicial desta tarde: que Agostinho da Silva tem funcionado para mim como uma pedra no sapato.

Pedra no sapato: que não nos impede de continuar a marcha, mas vai incomodando; a princípio de um modo quase imperceptível, finalmente impondo-nos uma atenção mais exigente. É o que hoje estou a tentar:

– Como, depois de o ter descoberto na minha primeira juventude, com ele me identifiquei, e ele próprio me moldou nessa fase. Depois, com a permanência da Ditadura, como os nossos destinos se bifurcaram e se distanciaram irremediavelmente. E como só agora, mas já depois da sua morte, percebo que, afinal, não andávamos tão distantes assim.

Então tenho de aprofundar a minha reflexão – de reconhecer outras circunstâncias que entretanto nos tinham afastado, além da militância política, que ele nunca praticou, embora sempre tenha sido, por excelência, um mestre da Resistência.

Depois do 25 de Abril, só passados anos nos encontramos pontualmente. Já Agostinho era um ídolo para as novas gerações, como meio século antes o fora para nós.

Foi uma alegria rever-me nessa revivescência de gerações, mas em condições históricas totalmente diversas.

A saga – após a fuga em 1944 – que ele percorreu no mundo, especialmente no lusófono, só agora estou a aperceber-me dela e da sua importância. Graças sobretudo às entrevistas de 1985 e 1993, mas só postumamente publicadas: a citada *Vida Conversável*, lançada em Novembro e *A Última Conversa*, registada por Luís Machado, saída há semanas.

Nessas entrevistas, com certo ordenamento sequencial, reencontro agora as suas proverbiais orientações, confirmativas da sua maneira de ser:

- o seu franciscanismo endógeno;
- o voluntarismo optimista de sempre;

## Recordando Mestre Agostinho...

- a naturalidade quase provocatória dos seus posicionamentos;
- a atitude folgazã da vida;
- o elogio da criança e do ócio.

Este reconhecimento da sua personalidade, com outras informações que me faltavam sobre os acidentes da sua vida, permitem-me agora compreender melhor o seu inegável misticismo, a sua quase fervorosa apologia do Espírito Santo (paracletismo), de que usou e talvez tenha abusado para explicar aspectos significativos (misteriosos?) do processo dos países lusófonos.

Enquanto ele assim sempre caminhou na vida, e no Brasil encontrou o terreno propício para “ir na corrente do rio, bem alegre e divertido” (*Conversável*, p. 29).

Eu – que em Paris também tinha passado os melhores anos da minha vida –, porém, não encontrei por lá nem o Espírito Santo nem o Quinto Império. Por isso tive dificuldades, no nosso reencontro, passados 40 anos, em sentir-me atraído pelo misticismo agostiniano, profundamente explanado nos seus textos mais recentes.

Tive alguma dificuldade na aceitação teórica dos fundamentos do seu sim, mas nunca no reconhecimento do seu profundo humanismo.

Aceitei sem repugnância o seu ideal, ainda utópico, de “passagem de economia de trabalho para uma de lazer” (*Vida Conversável*, p. 176).

E estou com ele quando proclama que “a revolução de hoje é para levar a todos os homens direitos que eles não tiveram nunca na nossa cultura: o direito à poesia para todos” (*Vida Conversável*, p. 181).

Por isso, para ele foi importante ter descoberto no Brasil o Portugal que precisava de compreender (*Vida Conversável*, p. 117).

Foi essa, ao menos para mim, a sua grande mensagem histórica.